



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E  
POLÍTICA(ILAESP)

CIÊNCIA POLÍTICA E  
SOCIOLOGIA-SOCIEDADE, ESTADO  
E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

## **MULHERES E POLÍTICA**

ANÁLISE DO PROBLEMA DA SUB-REPRESENTATIVIDADE DAS  
MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO (2010-2023) NA ÁFRICA  
SUBSAARIANA APÓS A GUERRA CIVIL NA REPÚBLICA DO CONGO

**ORSIA COLOMBE SAMANTHA  
BOUMA**

Foz do Iguaçu, 2023



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E  
POLÍTICA(ILAESP)

CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA -  
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA  
NA AMÉRICA-LATINA

## **MULHERES E POLÍTICA**

ANÁLISE DO PROBLEMA DA SUB-REPRESENTATIVIDADE DAS  
MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO (2010-2023) NA ÁFRICA  
SUBSAARIANA APÓS A GUERRA CIVIL NA REPÚBLICA DO CONGO

**ORSIA COLOMBE SAMANTHA BOUMA**

Trabalho de conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto  
Latino-Americano de Economia,  
Sociedade e política ILAESP, como  
requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharel em Ciência Política e  
Sociologia, Estado e Política na  
América Latina

Orientadora: Elen Cristiane Schneider

Foz do Iguaçu, 2023

ORSIA COLOMBE SAMANTHA BOUMA

**MULHERES E POLÍTICA**

ANÁLISE DO PROBLEMA DA SUB-REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO (2010-2023) NA ÁFRICA SUBSAARIANA APÓS A GUERRA CIVIL EM REPÚBLICA DO CONGO

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e política ILAESP, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia, Estado e Política na América Latina

**BANCA EXAMINADORA**

---

**ORIENTADORA: ELEN CRISTIANE SCHNEIDER**

---

**Prof.Dr. MAÍRA MACHADO BICHIR**

---

Foz do Iguaçu, 2023

## **Agradecimentos**

Primeiramente gostaria de agradecer a minha mãe Edith Laure Rita Bouma née Malonga por me apoiar constantemente durante todo esse longo período de estudo, me incentivou a continuar e acreditar no meu sonho mesmo quando as situações pareciam desesperadas, pois todo mundo sabe como é difícil a vida de estudantes. Aos meus irmãos Jessy, Carène, Beni e Isaac por me apoiarem moralmente com as orações e conselhos positivos, sempre estava disposto a me ouvir cada vez que precisava chorar e desabafar. Cada um me dá força e carinho para eu não desistir do meu sonho. O meu Pai Luc Leopold Bouma que infelizmente não está mais nesse mundo mas eu sei e acredito que de onde ele está deve ser orgulhoso de mim.

Segundo, eu agradeço a Unila por me dar essa oportunidade de seguir meus estudos aqui no Brasil aos professores da Unila principalmente do curso de ciência política e sociologia e particularmente a minha professora Orientadora incrível Elen Cristiane Schneider que durante esse período me auxiliou com carinho, atenção e muita paciência para realizar esse trabalho maravilhoso.

Minha gratidão aos meus amigos da turma de Ciência política e sociologia. Aura, Marc, Hernán... Obrigado por me incentivar a seguir em frente com palavras positivas e por acreditar em mim. Vocês não imaginam o quanto essas palavras tiveram um efeito muito positivo na minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar o problema de sub-representatividades das mulheres no cenário político na África Subsaariana após a guerra civil na República do Congo particularmente entre os anos de 2010-2023. Segundo, serão analisados os impactos que a guerra civil teve sobre o desenvolvimento e emancipação das mulheres congolezas na esfera política e pública . A sociedade congoleza conhecida por suas tradições, e costumes ancestrais e ainda considerada como uma sociedade patriarcal não atribuem espaço de expressão e reconhecimento à mulher fora do seu papel de esposa ou mãe. Considerado como um fenômeno social , serão analisados os inúmeros obstáculos à participação em cargo político das mulheres na política no mundo, particularmente o caso do Brasil . E por fim, teremos uma abordagem sobre as contribuições das mulheres Congolezas na esfera política e pública , Movimento das mulheres cristã católica da África central (Mo.Paz) e as percepções da liderança feminina no Congo.

Palavras Chaves: Mulheres na política, Sociedade Patriarcal, sub-representação, República do Congo.

## RÉSUMÉ

Le présent travail vise à analyser le problème de la sous-représentation des femmes sur la scène politique en Afrique subsaharienne après la guerre civile en République du Congo, particulièrement entre les années 2010 et 2023. Ensuite, sera faite une analyse sur les impacts que la guerre civile a eu sur le développement et l'émancipation de nombreux Congolais dans le milieu politique et publique. La société congolaise est connue pour ses traditions et ses coutumes ancestrales, notons que le Congo est considéré comme étant une société patriarcale qui n'accorde souvent aucun espace d'expression et de reconnaissance aux femmes. Considéré comme un phénomène social, nous analyserons les différents problèmes qui entravent la participation des femmes à la vie politique dans de nombreux pays du monde, notamment le cas du Brésil. Et en dernier lieu, nous évoquerons les contributions des femmes Congolaise dans la sphère politique et publique, dont le Mouvement des Femmes Chrétiennes Centrafricaines (Mo.Paz) et les perceptions du leadership des femmes au Congo.

Mots-clés: Femmes en politique, société patriarcale, sous-représentation, République du Congo.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ONU : Organização das nações unidas

PNUD : Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC : Parte Progressista Congolês

MSA: Movimento Socialista Africano

URMC : União Revolucionária das Mulheres do Congo

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1. Mapa da República do Congo.....	15
Figura 2. FULBERT YOULOU.....	31
Figura 3. Marcha das mulheres Congolesas para a paz.....	32
Figura 4. Kimpa Vita, Heroine du Royaume Kongo.....	34
Figura 5. Scholastique Dianzinga.....	35



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. A GUERRA E OS IMPACTOS NA POLÍTICA DO CONGO.....</b>	<b>14</b>
2.1. Contexto histórico.....	14
2.2. Violência e política de gênero.....	16
2.3. Poder patriarcal.....	19
2.4. A guerra civil, conflitos e impactos.....	21
2.5. Mulheres, no processo da Paz no Congo.....	22
<b>3. O PROBLEMA DE SUB-REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NO CONGO e no BRASIL.....</b>	<b>24</b>
3.1. Obstáculos à participação em cargo político.....	24
3.3. Caso do Brasil.....	27
<b>4. CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES CONGOLESAS NA ESFERA PÚBLICA.....</b>	<b>30</b>
4.1. Movimento Paz (Mo.paz).....	30
4.2. As mulheres na luta pela independência.....	34
4.3. Mulheres no processo de democratização e o Feminismo.....	36
4.4. Percepções da liderança feminina no Congo.....	37
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A minha principal motivação para realizar esse trabalho vem primeiramente pelo fato de ser uma mulher nascida dentro de uma sociedade patriarcal onde a ideologia que prevalece as relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres e todos os demais sujeitos que não se encaixam com o padrão considerado normativo de raça, gênero e orientação sexual. Assim, como estudante no curso de Ciência Política e sociologia, nunca fui insensível nos assuntos que envolvem a questão das mulheres dentro da sociedade. Desde o início da minha formação sempre tive a vontade e curiosidade de entender o porquê até hoje as mulheres no mundo estão ainda discriminadas no ambiente público e político em particular no que diz respeito ao problema de sub-representatividade das mulheres no cenário político na República do Congo após a guerra civil (2010-2023). Assim, as minhas perguntas de pesquisa são: O que dificulta as mulheres a terem acesso ao cenário político? Por que as mulheres na República do Congo estão ainda pouco representadas no espaço de poder? Quais são as causas principais que foram a origem do atraso na emancipação das mulheres no espaço político?

O objetivo é de entender o porquê essa sub-representatividade até hoje em dia está ainda forte na sociedade Congoleza fazendo uma breve análise sobre alguns fatores que estariam na origem do problema dessa sub-representação da mulher na vida política e nos outros países do mundo fazendo referência ao caso do Brasil, que passa também pela similar situação. Para isso, foi preciso construir o capítulo I com teorias conceituais para entender o Patriarcado

O problema da sub-representatividade das mulheres no cenário político sempre foi um assunto relevante que até hoje em dia nos faz pensar sobre a situação atual. Apesar de tantas lutas, resistências, para que o direito igualitário entre homens e mulheres seja estabelecido, deve-se notar que as mulheres estão ainda enfrentando algumas dificuldades de natureza discriminatória de acesso no espaço político, ou seja, mesmo quando são eleitas as mulheres

raramente desempenham papéis importantes. A luta das mulheres na política institucional acontece há mais de 100 anos: desde o movimento sufragista, quando mulheres britânicas conquistaram o direito ao voto, até a busca pela igualdade de gênero nas eleições atuais.

As mulheres são maioria, mas estão estruturadas em situações sociais como se fossem minorias (Gerda Lerner, 1986). De acordo com o estudo das **Nações Unidas** em 1889<sup>1</sup>, nove países declararam ter mulheres em cargos de responsabilidade no parlamento cujo uma mulher de cada três respetivo país: Costa de Marfim, Senegal e Cabo Verde era vice-presidente da assembleia nacional. Nos anos 1995, na Assembleia Legislativa a integração das mulheres pareceu ainda melhor com uma taxa de 25% na instância legislativa, no Seychelles, 24% na África do sul, 17% no Ruanda, 16% no Moçambique, e no Tchã. Apesar do aumento do número de mulheres nos mais altos níveis do poder político, a edição de 2021 do Mapa das Mulheres da **IPU-ONU** sobre Mulheres na Política destaca uma clara persistência das desigualdades de gênero.

O mapa compilado pela IPU e pela ONU Mulheres incorpora os dados mais recentes sobre mulheres ocupando cargos de responsabilidade no governo e no parlamento a partir de 1º de janeiro de 2021. Há um recorde histórico no número de países em que uma mulher está à frente do estado ou governo. A proporção global de mulheres ministras também está em alta recorde. Na África subsaariana, o maior aumento é visto na Namíbia, onde a proporção de mulheres ministras sobe de 15 para 39 por cento. Ruanda, que continua a ser a líder na região, ainda possui uma proporção recorde de mulheres ministras em 54,8%, enquanto continua no topo do ranking global de porcentagem de mulheres parlamentares.

Contrariamente, na República do Congo, o país está classificado em 167 lugar pela **União parlamentar** entre os últimos países em termos de

---

1

<https://www.unwomen.org/fr/news/stories/2021/3/press-release-women-in-politics-new-data-shows-growth-but-also-setbacks>

representação das mulheres no cargo decisório e em órgão eleitoral em 2012. As estatísticas demonstram que: Nos escritórios administrativos e instituições, as mulheres representam apenas 33,33% no tribunal constitucional, 25% no tribunal superior, 50% no conselho econômico, social e ambiental, 40% comissão nacional de direitos humanos, e 25% no conselho consultivo das pessoas com deficiências<sup>2</sup>.

Já sob as 12 prefeituras que a República conta, 2 prefeitos são mulheres. A porcentagem das mulheres no senado passou de 19,44% da legislatura nos anos 2012-2017 a 20,83% em 2017-2022. Na assembleia nacional da 13<sup>o</sup> e 14<sup>o</sup> legislatura, a porcentagem das mulheres passou de 8,75% a 11,25%.

Mesmo assim, as mulheres continuaram sendo uma minoria nos conselhos departamentais (18,8%) e municipais (23,4%) contra uma maior representatividade na função pública, onde representam 49% do total da força de trabalho com 36,9% na administração paraestatal, 28,4% na administração pública e 17,6% na administração privada.

A contradição entre a centralidade e o papel ativo das mulheres na criação da sociedade e sua marginalização no processo de dar significado por meio de interpretação e explicação é uma força dinâmica, fazendo com que elas lutem contra a própria condição (Gerda Lerner, 1986).

Assim sendo, neste trabalho analisaremos o problema de sub-representatividade feminina na África Subsaariana no cenário político (2010-2023) principalmente na República do Congo. Com isto, faremos uma análise dos impactos causados pela guerra civil e as contribuições das mulheres Congolesas na esfera política.

---

2

<https://www.agenceecofin.com/gouvernance/0204-86834-congo-un-bilan-de-la-representation-des-femmes-dans-les-instances-administratives-et-politiques>

Após a independência em 1960 a República do Congo conheceu anos de turbulência e de instabilidade política, entre crimes, guerra civil e genocídios. O país enfrentou vários problemas que foram considerados como maiores causas do atraso da emancipação das mulheres no meio administrativo e político.

Notamos que, através do movimento chamado **Movimento Paz** (Mopaz), criado em 1998 por mulheres católicas da África central do dia 25 ao 31 de maio, um grupo de mulheres se mobilizaram para que as atividades do país retomem em toda tranquilidade. O grupo é constituído por mulheres da República do Congo e mulheres da República Democrática do Congo (R.D.C), todas reunidas no objetivo de trazer paz durante as guerras civis que devastaram o país entre os anos 1993 e 2000<sup>3</sup>.

O objetivo geral da nossa pesquisa é fazer uma análise do problema da sub-representatividade das mulheres no cenário político (2010-2023) na África Subsaariana após a guerra civil na República do Congo e quais foram as contribuições das mulheres, especialmente do movimento Paz.

Para tanto, iremos analisar as seguintes perguntas: O que dificulta as mulheres a ter acesso no cenário político? Porque as mulheres na República do Congo estão ainda pouco representadas no espaço de poder? Quais são as causas principais que foram a origem do atraso na emancipação das mulheres no espaço político? Notamos que a dominação dos homens na sociedade constitui o problema central que causa a falta de representatividade das mulheres no espaço de tomar decisões políticas há séculos e que continuar sendo o padrão.

Os procedimentos metodológicos adotados serão: Uma análise de dados secundários, análise de documentos. Também vamos recorrer a alguns documentos como artigos, revistas etc. Nosso estudo é parte de uma perspectiva analítica. Para realizar este trabalho, utilizaremos uma abordagem

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.cath.ch/newsf/afrique-centrale-fondation-du-mopax-a-brazzaville/>>  
Acesso em: dia, mês, .

mista como método de análise dos dados coletados de acordo com Shaffer e Selin (2004), citado por Ana Maria, o método qualitativo. No primeiro capítulo 1 iremos falar da guerra e impacto na política do Congo na participação das mulheres na vida política do país. O segundo Capítulo farei uma análise do problema de sub-representatividade das mulheres no Congo e no Brasil. No terceiro capítulo abordarei o Movimento Paz, depois a participação e contribuições das mulheres Congolezas na esfera política e pública.

## **2. A GUERRA E OS IMPACTOS NA POLÍTICA DO CONGO**

Neste primeiro capítulo serão definidos alguns conceitos como: A violência política de gênero e o poder patriarcal. Em seguida, será apresentado um contexto histórico da cidade Brazzaville, a partir da data da independência, para entender a origem dos conflitos políticos que levaram o país até uma guerra civil. Em terceiro, será feita uma discussão analítica geral de como a guerra e os conflitos impactaram a política do Congo principalmente no que diz respeito ao problema de sub-representatividade das mulheres Congolezas na esfera política. Por conseguinte, iremos nos apoiar nas obras de alguns autores congolezes como Remy Bazenguissa-Ganga, “Les voies du politique au Congo: essai de sociologie historique”, de Florence Bernault, “Démocratie ambiguës en Afrique Centrale Congo et au Gabon” e Raïssa Edwige Koutuma Nsona.

### **2.1. Contexto histórico**

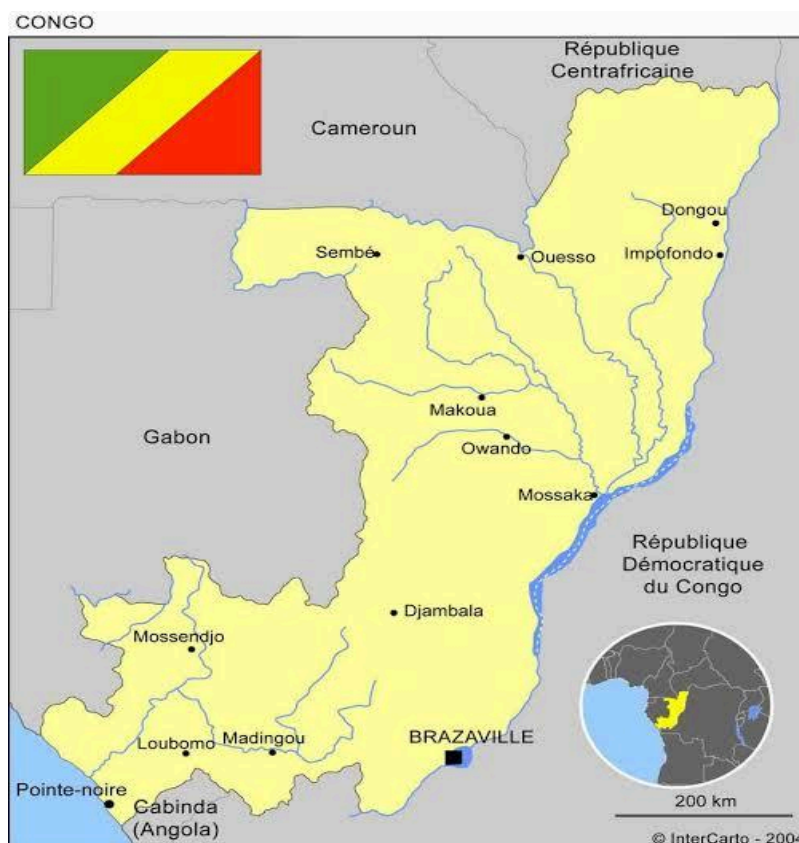
A República do Congo é um pequeno país com cerca de um milhão de habitantes durante a independência em 1960. Durante o período colonial, Brazzaville foi considerado o centro da A.E.F. (África Equatorial Francês). Com seus recursos de hidrocarbonetos, o Congo permanece no interesse da França, após a independência. Desde a União Francesa, vários partidos políticos congolezes demonstraram interesse no poder central congolês. Jean Félix-Tchicaya, por iniciativa da criação do Partido Progressista Congolês (P.P.C.)<sup>4</sup>, secção local do partido interterritorial da Assembleia Democrática

---

<sup>4</sup> PARTIDO PROGRESSISTA CONGOLÊS

Africana R.D.A<sup>5</sup>., política de palco da AEF<sup>6</sup> desde 1946. Por sua vez, em 1956, o Padre Fulbert Youlou, fundou a União Democrática para a Defesa dos Interesses Africanos (I.D.E.I.A.) apoiada pela etnia Lari a que pertence, que venceu com sucesso as eleições municipais de 1956. Torna-se a principal força política oposta ao partido socialista do M.S.A, destronando as forças políticas do P.P.C. Em 1958, como outras colônias francesas, o Médio Congo transformou-se numa república autónoma. Fulbert Youlou é nomeado primeiro-ministro. Apoiado pelo exército francês em 1959, o abade Fulbert Youlou adotou uma nova constituição que fortaleceu seu poder político. As forças militares o designam como o primeiro presidente da República Congoleza. Após negociação, em 15 de agosto de 1960, o Congo conquistou a independência.

Figura 1. Mapa da República do Congo.



Fonte: Carte géographique et Touristique du Congo Brazzaville (2004).

<sup>5</sup> ASAMBLEA DEMOCRÁTICA AFRICANA

<sup>6</sup> AFRICA EQUATORIAL FRANCES

## 2.2. Violência e política de gênero

Gênero é um conceito criado pelas ciências sociais para analisar a “construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina” e corresponde ao “sistemas de crenças que especificam o que é característico de um e outro sexo”, determinando os direitos, os espaços, as atividades e as condutas próprias de cada sexo” (PULEO, 2004, p. 13).

Com a sociedade de caças aparecem as primeiras relações de violência onde a força era o atributo mais valorizado e coloca o masculino como o gênero predominante, passando à “consciência da competição”. A mulher ficou em segundo plano por estar imediatamente associada à gestação e aos cuidados de vida. Inicia-se assim o período hegemônico patriarcal que já dura mais de 8.000 anos (MURARO, 2010, p.50-51).

Ressaltamos que, a violência contra meninas e mulheres, embora de ser muitas vezes invisível, é um fenômeno onipresente em todas as culturas congolezas. A sociedade congoleza governada por suas leis, costumes, tradições e de modas parece normalizar sua violência. Essa violência é de natureza física, psicológica, sexual, verbal e econômica. Eles se manifestam de várias formas: casamentos precoces e arranjados, incesto, estupro, abuso corporal, assédio sexual e intimidação, prostituição forçada<sup>7</sup>.

Para Rama Salla Dieng , a luta contra o patriarcado está obviamente no centro de suas lutas, mas as pessoas entrevistadas também estão atacando os poderes políticos em vigor acusados de perpetuar a violência política herdada do colonialismo. Essa luta é encarnada, por exemplo, na figura de Stella Nyanzi, uma antropóloga e feminista ugandesa, encarcerada por vários meses em 2017 por publicar um poema castigando o presidente Museveni no poder há trinta anos (KANE, 2021).

---

<sup>7</sup> <https://www.ohchr.org/fr/press-releases/2009/10/default-title-368><sup>27</sup>, Janvier 2003



Notamos que a opressão das mulheres é inseparável do sexismo, ou seja, aquele modo de comportamento e pensamentos que atribui a um gênero qualidades, e, conseqüentemente, privilégios superiores aos do outro gênero. Os defensores da dominação masculina sempre procuraram as disparidades entre os dois sexos baseando-se em considerações religiosas, econômicas e outras. Verifica-se cada vez mais hoje, no que diz respeito ao trabalho realizado nos domínios da masculinidade e do gênero (NSONA,2008, p231).

Numa sociedade na qual a estrutura de poder é dominada pelo patriarcado, assim no que diz respeito ao artigo 5 da convenção sobre a eliminação dos estereótipos sexistas, o documento indica,entre outras coisas, que a legislação não define nem pune o assédio sexual. Parece que as mentalidades estão orientadas para uma certa tolerância a este comportamento que proporcionam a certas mulheres uma promoção social ilusória. Além disso, as práticas tradicionais e a lei moderna que fazem do homem o chefe da família são vistas como dando-lhe o direito de coração para com a sua esposa<sup>8</sup>.

Às meninas, desde a infância, têm tarefas que se adequem mais ao seu papel social, ou seja, atividades vinculadas à fazer trabalhos domésticos e ao mesmo tempo que são desestimuladas de participar de um debate político, uma vez que não dão a devida instrução a elas de como se comunicar ou se expressar devidamente (BIROLI, 2010). Como explica Saffioti (2013, p. 103), o ideal de educação feminina circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas. Nem mesmo a língua portuguesa sabia falar às mulheres de certas regiões do Brasil nos séculos XVI e XVII.

O que contribui mais ainda para a criação de uma situação de isolamento social através da exclusão educacional da mulher. Dessa forma, o estudo mais aprofundado a respeito das desigualdades de gênero e a relação que este tema tem com a vida política provê uma melhor compreensão acerca da exclusão das garantias para o exercício dos direitos das mulheres, as quais estas passaram e passam até os dias de hoje. Por isso, devemos a Simone de

---

<sup>8</sup> <https://www.ohchr.org/fr/press-releases/2009/10/default-title-368>

Beauvoir à propagação, sobretudo nos círculos intelectuais, da ideia de que as mulheres são dominadas em todos os aspectos de suas vidas e são mantidas em seus lugares inferiores pelo “conjunto da civilização” (BEAUVOIR, 1980 apud KRITSCH, 2012, p. 1).

Krook (2017) frisa que o uso da violência para impedir a participação política das mulheres constitui uma violação de compromissos internacionais, como o Artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979). O referido autor aborda ainda a violência política de gênero como forma de minar as instituições democráticas.

Biroli (2018) continua ressaltando que o fenômeno afeta mulheres na política em todo o mundo e limita a participação política das mulheres e seu papel como legítimas interlocutoras, causando implicações para a representação democrática. A violência política contra as mulheres pode se manifestar de inúmeras formas. Portanto, não se deve esperar somente por agressões físicas, ou mesmo, casos de imensa repercussão nos meios de comunicação para compreender que se trata propriamente de uma violência política por questões de gênero (ALBUQUERQUE; ALVES, 2018, p. 159).

A violência política de gênero não depende de um momento específico para ocorrer. De modo a ilustrar os diferentes tipos de violência, toma-se o período eleitoral como referência durante as eleições, momento eleitoral (na campanha eleitoral; na jornada eleitoral; no processamento e divulgação dos resultados eleitorais; no acompanhamento das candidaturas femininas; na militância a favor de candidatas ou de causas de gênero.

Porém, alerta-se que não é necessário que a violência política de gênero esteja atrelada a um momento eleitoral ou a fatos eleitorais para ser assim configurada. É importante não limitar a violência política de gênero somente às eleições ou ao exercício do mandato (NDI, 2021).

Por assim dizer, a violência física, assim como as de maneira sexual, psicológica, moral, econômica ou simbólica são todas formas de prática da violência política de gênero. Na maioria das vezes se apresentam das maneiras mais sutis possíveis, o que pode ser equiparado às mesmas situações de exclusão social, que são normalizadas pela sociedade, em que as mulheres sofrem no dia a dia, pois as coloca em posições de subordinação. (ALBUQUERQUE; ALVES, 2018, p. 159).

### **2.3. Poder patriarcal**

O patriarcado surge como estrutura social opressora na antiguidade, a partir de uma justificativa biológica na qual os homens constituíam categoria privilegiada por possuírem maior força física, diferentemente das mulheres, que por serem consideradas mais fracas fisicamente e não gerarem os mesmos rendimentos no trabalho agrícola, eram vistas como inferiores e, por isso, permaneceram subjugadas exclusivamente a trabalhos relacionados à criação e à reprodução da vida humana.

O Congo é descrito como uma sociedade patriarcal. Os costumes do país não atribuem espaço de expressão e reconhecimento à mulher fora de seu papel de esposa ou mãe, que é “venerado e respeitado” (NSIKA, 2009).

Segundo Christine Delphy (2009), “patriarcado” é uma palavra muito antiga, que mudou de sentido por volta do fim do século XIX, com as primeiras teorias dos “estágios” da evolução das sociedades humanas, depois novamente no fim do século XX, com a “segunda onda” do feminismo surgida nos anos 1970 no Ocidente (DELPHY, 2009, p. 173).

Para Delphy, o conceito de patriarcado tem três momentos principais na história da ciência. No primeiro, diz respeito ao patriarcado como forma de organização social na antiguidade, e deriva da ideia de pater família. No entanto, o sentido não é colocado como biológico, da família, como se concebe nos dias atuais. Tem a ver com o sentido de autoridade, na realidade, mas sempre concedido ao homem. Os autores que escrevem antes do século XIX

utilizaram este conceito para descrever situações sociais otimistas, levando o sentido ao grau de ordem social, principalmente para descrever a vida no campo (DELPHY, 2009).

Em um segundo momento, no século XIX, autores socialistas inverteram o sentido otimista do conceito de patriarcado, criticando-o, já concebendo como uma forma de dominação.

São Morgan e Bachofen que lhe dão seu segundo sentido histórico, aquele que se manterá até os anos 1970. Eles postulam a existência de um direito materno que teria sido substituído pelo direito paterno, explicitamente chamado por Bachofen de patriarcado. Ele é seguido por Engels e depois por Bebel (1893/1964) (DELPHY, 2009, p. 174).

No terceiro momento, o conceito de patriarcado da teoria feminista, que vêm principalmente de Kate Millet (1971), utiliza a mesma conotação do conceito de pater família, porém, denunciado como um sistema de opressão às mulheres.

Atribui-se a invenção do terceiro sentido – o sentido feminista contemporâneo – a Kate Millet, em *Sexual politics (Política sexual)* (1971). Esse terceiro sentido está em clara continuidade com o segundo. Mas, diferentemente dos autores socialistas – ainda que Engels seja discutido até muito antes nos anos 1970 –, as feministas, a exemplo de Simone de Beauvoir, não creem na existência de um matriarcado original, e a maioria não se interessa pelas teorias evolucionistas, desacreditadas pelas atuais Ciências Sociais (DELPHY, 2009, ).

As normas e valores da sociedade tradicional congoleza definem as relações sociais entre homens e mulheres como complementares. Mas, a experiência cotidiana revela uma subordinação das mulheres ou mesmo uma marginalização em grande medida em relação a tudo o que diz respeito à gestão da cidade. É assim, na vida pública, onde na maioria das vezes atuam em segundo plano, desempenhando o papel de conselheiro.

## 2.4. A guerra civil, conflitos e impactos

A guerra civil afetou o Congo-Brazzaville em três fases (1993-1994, 1997, 1998-1999) e remonta à democratização ocorrida em Brazzaville no início dos anos 1990. Primeiro, colocou os partidários do recém-eleito presidente, Pascal Lissouba, contra os de seu rival no segundo turno das eleições presidenciais de agosto de 1992, Bernard Kolelas. Em 1993, ocorreu uma contestação da oposição quanto aos resultados das eleições legislativas, que provocaram confrontos entre milícias dos partidos da oposição e a maioria presidencial. Em 1995 houve o reforço das medidas de austeridade exigidas pelo FMI e deterioração do clima social (GUISSA-GANGA, 2001, p.119).

No ano de 1996 ocorreu a produção de petróleo não afetada pela agitação política, mas a gestão financeira dessa renda permanece mais vaga. Em junho, o país assinou um acordo com o FMI para obter em julho o cancelamento de 67% do valor de sua dívida pública externa com o Clube de Paris. Em junho de 1997:Guerra civil, em outubro, o general Sassou Nguesso recupera o poder. Janeiro de 1998: A duração da transição é fixada em três anos “flexíveis” antes das eleições. Em dezembro ocorrem novos confrontos em Brazzaville e em diversas regiões. A FIDH acusa as forças regulares e as milícias de terem massacrado entre 5 e 6.000 pessoas por sua filiação política, étnica ou regional (GUISSA-GANGA, 2001, p119).

Lembramos também dois tipos de questões importantes na segunda fase em que os conflitos se armam: a luta contra os bloqueios no sistema eleitoral e a tentativa de instalação de um sistema autoritário. Nesse contexto, a guerra urbana surge como uma nova forma de atuação após o fracasso do movimento pacífico de oposição (GUISSA-GANGA, 2001, p.119).

Analisando o caso em República do Congo, se percebe que muito esforço foi feito na remuneração das mulheres e no acesso ao emprego em condições de igualdade com os homens, no domínio da participação das mulheres nas instituições públicas, mesmo assim a mulher continua sendo o ser inferior que desempenha os últimos papéis.Por exemplo: O número de

mulheres no Governo num total de 34 e ministros: 5, o número de mulheres com assento no Parlamento (Assembleia Nacional e Senado) num total de 203 assentos: 21.

## **2.5. Mulheres, no processo da Paz no Congo**

A União Revolucionária das Mulheres do Congo (URMC), deteve o monopólio da representação feminina a nível nacional e internacional até 1990. *“Se a paz voltou ao Congo, também é graças às mulheres, mas foram postas de lado. A violência política e sua falta de treinamento não sustentavam sua grande determinação de participar da política”* resume a Sra. Emilienne Raoul, Ex-ministra e ativista pela participação política das mulheres.

De 1957, quando o primeiro governo congolês foi formado, até o final de 2015, havia 340 ministros, incluindo 18 mulheres ministras. Em 2016, foram 8 mulheres em um governo de 38 ministros, representando 21% pela primeira vez. Esse desenvolvimento lento, que não cumpre os compromissos internacionais, afeta o desenvolvimento do país. É necessário analisar a situação dos direitos das mulheres de forma global para definir os eixos estratégicos que permitam equilibrar a representação de Segundo Krook (2017), a violência contra as mulheres na política segue sendo um problema oculto onde muitas mulheres não se reconhecem como vítimas por não identificarem o que lhe aconteceu como uma forma de violência. Outras, pontua a autora, não sabem como responder a comentários sexistas ou assédio sexual e, conseqüentemente, permanecem caladas mesmo quando têm certeza de que o comportamento em questão é inaceitável. homens e mulheres nas várias instituições administrativas e eletivas e trabalhar para a conquista da paridade em todos os cargos de tomada de decisão, conforme estipulado na constituição.

Ressaltamos que o Artigo 17 da Constituição Congoleza estipula que “A lei garante a paridade e assegura a promoção e a representatividade da mulher em todos os cargos políticos, eletivos e administrativos”. Este progresso abriu

caminho para esperanças e debates sobre possíveis reformas destinadas a promover a liderança feminina.

O Congo é descrito como uma sociedade patriarcal. Os costumes do país não atribuem espaço de expressão e reconhecimento à mulher fora de seu papel de esposa ou mãe, que é “venerado e respeitado”.

Esses costumes, práticas e provérbios usados pela população masculina do país marcam a inferioridade das mulheres e a superioridade dos homens e geralmente dão uma imagem negativa das "mulheres". Também surgem na memória congoleza colonial. Tais como: "NWASI ATONGAKA MBOKA TE" (A mulher não constrói uma aldeia) diz um provérbio, o que significa que a mulher não é capaz de liderar. Sua educação, sua inteligência e sua presença são demonizadas: "MAYELE YA MWASI MAYELE YA NDOKI" (A inteligência da mulher é a inteligência da bruxa) ou "KOLYA NA MWASI KOLYA NA NDOKI" (Comer com uma mulher, é comer com uma bruxa) que põe em causa a honestidade da mulher (PNUD, 2016).

Hoje, as relações homem-mulher no Congo são caracterizadas pela dominação masculina baseada em um status superior construído.

No mês de setembro de 2016 em uma entrevista realizada pela PNUD, foi notada na maioria das pessoas entrevistadas uma propensão a imputar às próprias mulheres a responsabilidade por sua condição de submissão e precariedade. A falta de engajamento das mulheres na política, por exemplo, muitas vezes é percebida como falta de engajamento das próprias mulheres e não como resultado da discriminação e exclusão que vivenciam. Um estudo realizado pelo Ministério para o Avanço da Mulher em 2015 sobre o trabalho das mulheres na administração pública revela que as mulheres acreditam que são menos capazes do que os homens de liderar e dotar os homens de qualidades positivas de liderança. Os entrevistados (homens e mulheres) também enfatizam que as mulheres às vezes estão na origem da situação de fato porque gostam de desempenhar o segundo papel (PNUD, 2016).

Além disso, desde 2005, o governo incluiu um ministério para a promoção da mulher e a integração da mulher no desenvolvimento, embora um ministério dedicado à mulher tenha sido criado entre 1997 e 1999. No entanto, sua capacidade de recursos humanos e financeiros continua muito limitada. O seu orçamento representa agora entre 0,90% e 1% do orçamento (PNUD, 2016).

### **3. O PROBLEMA DE SUB-REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NO CONGO e no BRASIL**

O segundo capítulo será uma abordagem do problema de sub-representatividade das mulheres no mundo. Principalmente na África Subsaariana e na América Latina, Brasil, no processo da democratização. E também serão discutidos os inúmeros obstáculos à participação das mulheres em cargos eletivos no processo eletivo.

#### **3.1. Obstáculos à participação em cargo político**

Na República do Congo e no Brasil as mulheres são desfavorecidas tanto entre candidatos que não tiveram mandato anterior (menor capital político) quanto entre os candidatos que concorriam à reeleição (maior capital político) . Isso significa que o fator reeleição não anula as diferenças entre homens e mulheres. Os candidatos com maior capital político adquirem maior arrecadação financeira, mas o sub-financiamento das campanhas das mulheres persiste. O financiamento eleitoral, portanto, é um dos principais fatores que explicam o baixo desempenho eleitoral das mulheres. Entretanto, há duas questões que precisam ser aprofundadas. A primeira delas diz respeito à relação causal entre recursos financeiros e votos (qual é a variável dependente e qual é a independente?). A segunda pretende investigar se o sub-financiamento das mulheres é devido à sua inexperiência (menor capital político) ou ao simples fato de serem mulheres (Sacchet, Teresa & Wilhelm Speck, Bruno, 2006).



Outro aspecto que deve ser levado em consideração na análise da representação política das mulheres é que a democracia não é composta somente por variáveis institucionais como, por exemplo, voto universal e eleições livres e diretas. Uma sociedade democrática envolve também uma questão sobre o grau de envolvimento e de participação social na vida política, o que implica em uma inclusão progressiva de diferentes grupos sociais no processo de tomada de decisão. Há atualmente um sentimento geral da população de desconexão e impotência para influenciar os processos políticos. Isso significa que a inclusão de diferentes grupos é um meio de aumentar a confiança dos cidadãos em suas instituições públicas, o que a democracia da maneira pela qual ela está articulada hoje em dia é considerada deficitária, pois não inclui setores sociais mais amplos. Para resolver esse problema existem dois projetos (Sacchet, Teresa & Wilhelm Speck, Bruno, 2006).

O primeiro diz respeito ao aprofundamento da democracia por meio de modelos participativos implementados na sociedade civil. Esse projeto é focado em processos societários e objetiva mudanças nos planos cultural e material. O segundo projeto defende uma maior participação de grupos sociais nos processos de tomada de decisão das instituições políticas e, para isso, propõe a adoção de ações afirmativas. Nesse caso, o foco está na participação em esferas representativas oficiais, objetivando a promoção da igualdade e da justiça social. Essa última visão acredita que a democracia possui um caráter excludente, pois privilegiava as elites sociais com maior participação e engajamento político (SACCHET, 2012).

O capital político, entendido por Sacchet (2012) como a experiência política do candidato e medido com base nos dados sobre reeleição, exerce influência sobre o comportamento dos doadores e sobre a quantidade de votos recebida. Há duas hipóteses sobre a influência do capital político nas chances de eleição: a primeira diz que os candidatos que estão há mais tempo na política possuem maior chance de vencer as eleições. A segunda defende que os candidatos com maior capital político têm maior acesso a recursos financeiros.

Notamos que a questão econômica é uma das maiores causas do problema da sub-representação das mulheres na esfera política, pois as mulheres não disponibilizam recursos suficientes para financiar uma eleição na qual se candidatar.

Também, as desigualdades estruturais geraram diferenças de ganhos entre os sexos, seja na forma de bens, heranças ou salários. No Brasil, as mulheres recebem em média cerca de 70% dos salários masculinos. Estudos da ONU mostram que elas possuem menos de 20% dos bens no mundo. Os impactos dessas dificuldades sobre as mulheres levaram a experiências interessantes como a Emily List nos Estados Unidos, rede de ajuda especialmente criada para apoiar mulheres candidatas (ARAÚJO, 2006).

Na Finlândia, um dos países com maior participação de mulheres no parlamento, o financiamento público foi considerado decisivo para que estas pudessem melhorar sua competitividade. Um estudo realizado em 2000 pela **União InterParlamentar** mostrou como este é um sério e generalizado obstáculo para as candidatas, sobretudo porque as campanhas eleitorais vêm se tornando estratégias de marketing e propaganda, mais do que exposição de propostas e compromissos. Para a maior parte dos candidatos, fazer-se conhecido num mercado eleitoral competitivo e tornar-se elegível num contexto político crescentemente desacreditado requer alto investimento em propaganda e contatos. Os dados divulgados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) relativos aos gastos previstos para a campanha de 2006, ainda que sejam tetos máximos e sofram variações entre os candidatos, dão a dimensão do problema (ARAÚJO, 2006).

De acordo com uma análise da UNESCO, eles retardam o desenvolvimento de novas relações homem-mulher com base em uma abordagem de gênero que promove a igualdade de direitos e a partilha equitativa de recursos e responsabilidades entre mulheres e homens, bem como a prevenção e repressão da violência baseada no sexo.

Observou-se também que o tecido associativo feminino no Congo tem dificuldade em abordar questões de igualdade e paridade e muitas vezes se vê incapaz, por falta de recursos ou, às vezes, de experiência, de desenvolver estratégias baseadas em uma abordagem de gênero.

“Hoje é difícil falar de um movimento pelos direitos das mulheres no Congo. As associações de mulheres não estão em um processo de defesa e muitas vezes se contentam

### **3.3. Caso do Brasil**

No Brasil, a participação feminina na política, somente foi assegurada em 1932, quando o sufrágio feminino foi previsto pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro, garantindo-se à mulher brasileira o direito de votar e ser votada, que foi inserido na Constituição de 1934 como facultativo. Infelizmente, decorridos quase 90 anos dessa relevante conquista, ainda não se alcançou um nível satisfatório em termos da efetiva, equitativa e paritária participação da mulher na política ou no sentido de se fomentar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e incremento dessa participação. Ao contrário, nos dias atuais, o Congresso Nacional Brasileiro continua dominado pela participação masculina, em uma situação que se pode chamar de corporativismo masculino, e sendo esses os legisladores, têm eles relativo interesse em legislar no sentido de incentivar as mulheres a participar da vida política do país. Ainda que tal situação não seja peculiar ao Brasil, mas sim similar à diversos países, a situação brasileira nesse ponto, lamentavelmente, se iguala, e é até mesmo pior, que a de diversos países conhecidos por não respeitarem os direitos da mulher, como Iraque, Paquistão, Arábia Saudita, Nigéria e República do Congo. Afirma (KATIA JUNQUEIRA)

As mulheres no Brasil estão sub-representadas tanto em posições majoritárias quanto proporcionais, porém, é nas últimas que o número delas é ainda mais reduzido. Este dado contradiz argumentos de diferentes autores sobre a vantagem do sistema proporcional com relação ao majoritário no que

tange à eleição de mulheres (MATLAND, 2005; NORRIS, 1993; RULE, 1994; ZIMMERMAN, 1994).

No mercado de trabalho, por exemplo, o gap salarial entre homens e mulheres é um fato inegável. O relatório “Mulheres no Trabalho: Tendências de 2016”, produzido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, aponta que se as tendências atuais se confirmarem seriam necessários mais de 70 anos para acabar completamente com a disparidade salarial entre os gêneros feminino e masculino!

Os recursos financeiros não influenciam apenas o resultado eleitoral, mas também o processo de definição das candidaturas. Um primeiro crivo na seleção de candidatos, ou na decisão de concorrer como tal, são os recursos financeiros, os quais podem suceder tanto da condição social dos candidatos, como da sua articulação com agentes financiadores – via de regra estas dimensões estão conectadas. A renda, ou bens, do candidato, por exemplo, como visto no artigo sobre bens dos candidatos neste livro, está associada à importância do cargo ao qual ele irá disputar a vaga. Cargos majoritários tendem a ser concorridos por candidatos mais ricos do que cargos proporcionais.

A naturalização da exclusão das mulheres da esfera pública e, particularmente, dos cargos políticos eletivos, vem sendo um fator de legitimação da política como “negócio de homens”. As mulheres não se interessariam pelos debates políticos e, menos ainda, por participar da política institucional porque estariam, naturalmente, voltadas para o que lhes seria mais caro: a vida privada, a esfera doméstica, a maternidade. A crítica feminista e a atuação política a ela correspondente confrontam-se com práticas e valores patriarcais que se atualizam, tendo como um de seus eixos a afirmação do desinteresse feminino pela política, o silêncio sobre a atuação pública das mulheres e, no limite, a reprodução de estereótipos de gênero (SACCHET ET AL., 2012).

Entre os fatores citados como responsáveis pelo baixo desempenho das mulheres no campo da disputa eleitoral encontra-se o financiamento de campanhas. A literatura elenca várias possíveis explicações, incluindo a hipótese do desfavorecimento financeiro das mulheres na vida privada, que se refletiria também na capacidade de aportar recursos próprios para as campanhas (BARROW-GILLES, 2005).

Entre as metas estabelecidas no Millennium development goals indicator, desenvolvido pelas Nações Unidas, está a premissa de reduzir a desigualdade entre os gêneros, dando mais autonomia e perspectiva de ascensão social às mulheres. Nesse sentido, considerasse que uma das condições para se adquirir paridade de condições, é atingir paridade representativa. Este nível de paridade pode em alguma medida ser mensurado através da porcentagem de mulheres que ocupam cadeiras nos parlamentos nacionais (Kabeer, 2003, 2005; Grown, Gupta & Kes, 2005).

Fora estes fatores mencionados, podemos dizer que a tendência de igualdade representativa entre os sexos está intimamente relacionada com o macro processo de mudança cultural e de democratização. Neste sentido, a literatura de ciência política desenvolveu-se em duas linhas produtivas e distintas a respeito da sub-representação política das mulheres: Na primeira, concentra-se em identificar razões que levam as mulheres a serem sub-representadas. Nestes estudos geralmente enquadram-se estudos sobre o padrão de recrutamento dos partidos, os sistemas eleitorais, a motivação das mulheres (Mansbridge, 1999, 2009); e a segunda corrente de estudos envolve questões sobre o desempenho representativo das mulheres. Nesse sentido, o que orienta os estudos é saber se as mulheres exercem influência relevante na arena política (LOVENDUSKI ET AL., 2003; STOKES, 2005; WANGNERUD, 2009).

Um esforço necessário dentro da ciência política é identificar os obstáculos que têm pavimentado o caminho das mulheres aos parlamentos nacionais, a fim de criar subsídios para a formulação de projetos de cidadania feminina (MATOS, 2010).

Entretanto é incontestável que a assimetria de representação política entre homens e mulheres não representa um fenômeno restrito à uma ou outra localidade, ele é universal, nesse sentido, as mulheres de todas as sociedades em maior ou menor medida, enfrentam problemas de sub-representação política. Essa sub-representação feminina é também reconhecida pelos partidos políticos, em muitas democracias com sistemas eleitorais baseados em listas fechadas, por exemplo, as mulheres têm pouca chance de terem seus nomes entre os com reais possibilidades de elegibilidade (PHILIPS, 1995, CHILDS & KROOK, 2006).

#### **4. CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES CONGOLESAS NA ESFERA PÚBLICA**

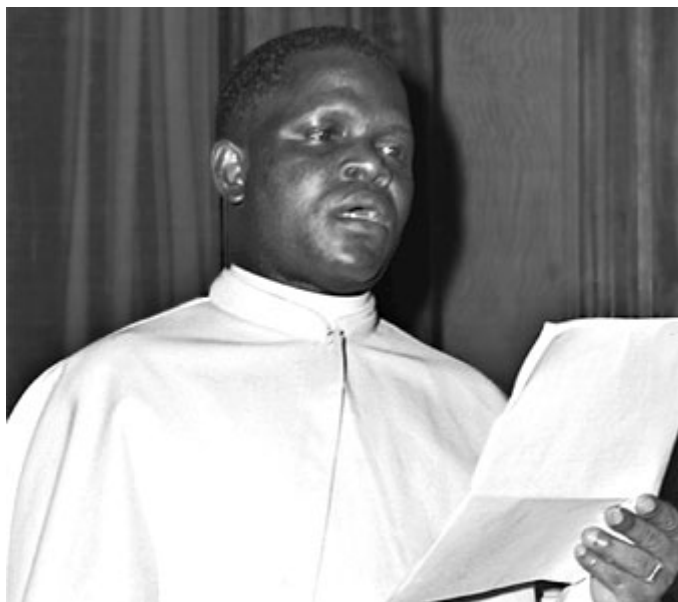
*“Assim, as mulheres nunca recuaram diante de situações graves e, em todos os momentos, deram sua contribuição”  
(Malu-Malu, 2020).*

Neste terceiro capítulo, iremos falar sobre as contribuições das mulheres congolesas na esfera pública e política na República do Congo. Sendo assim, vamos falar sobre o Movimento Paz na primeira parte e as percepções da liderança feminina no Congo na parte seguinte, para que possamos dar no final nossas considerações finais.

##### **4.1. Movimento Paz (Mo.paz)**

Em 1959, Os distúrbios eclodiram em Brazzaville e o exército francês interveio: Fulbert Youlou foi eleito presidente da república. Em 15 de agosto de 1960, o Congo alcançou a independência.

Figura 2. FULBERT YOULOU



Fonte: FOKA (2010)

Mas, infelizmente depois da independência, O Congo, desde 1993, encontrou um longo período de instabilidade, marcado por uma guerra que rasgou o tecido social e mergulhou o país em uma situação de extrema angústia. No ponto de partida deste conflito, não é difícil encontrar lutas internas pela obtenção do poder, lutas por trás das quais, alguns interesses internacionais sensíveis ao cheiro do petróleo e outras riquezas naturais do país desempenharam um papel importante.

Esses conflitos chegaram a um momento importante em 1997, no que foi acordado chamar a Guerra de 15 de junho em Brazzaville. Dezenas e milhares de pessoas tiveram que deixar a cidade abandonando suas casas e seus pertences, outras morreram. (F. Lambert Gbossa et Bernardin Gauthé)

Assim, de acordo com um boletim informativo publicado no site da **PeaceLink**: Telemática per la pace, o Movimento das Mulheres Cristãs Católicas da África Central pela Paz (Mo.Paz) nasceu em junho de 1998 após o Colóquio das Mães Católicas da África Central, realizado em Brazzaville de 25 a 31 de maio de 1998. Este colóquio foi organizado conjuntamente por mulheres católicas da República do Congo (Brazzaville) e da República

Democrática do Congo (Kinshasa)<sup>9</sup>. O boletim ressalta que: As mães refletiram sobre as causas profundas dos conflitos e problemas morais que levam à guerra, à destruição sistemática do continente em geral e à eliminação de sua juventude em particular.

Um despacho datado de 14 de agosto de 1998 da Agência CIP, uma agência de notícias criada por jornais católicos, descreve o Mo.Paz da seguinte forma:

O 'MoPaz' é fruto de um colóquio realizado na primavera em Brazzaville, o movimento das mulheres católicas pela paz acaba de nascer na África Central. " Deus, a mulher, a paz em África: palavras vãs? "Não! Tinham respondido os participantes do colóquio, que resultou em cerca de cinquenta recomendações e resoluções. Isto ordenou que as mulheres assumissem sua parte na organização da vida em sociedade, mas também exigiam uma educação para a paz para romper com as tradições e os costumes que são fontes de conflitos<sup>10</sup>.

Figura 3. Marcha das mulheres Congolesas para a paz.



Fonte: FLESHMAN (2003).

As mulheres congolesas participaram de diferentes tentativas de reconciliação: em 1995, organizaram uma marcha das mulheres liderada por Juliennes Ondziel e que terminou no palácio do presidente Lissouba, na qual elas exigiam paz e reconciliação nacional. Após a guerra de 1997, Jacqueline Mamoni conseguiu acalmar os milicianos na região da Bouenza e estabeleceu

<sup>9</sup> <https://www.refworld.org/docid/3ae6ad7464.html>

<sup>10</sup> Ibid



contato entre os sábios da região e o poder central de Brazzaville. Em janeiro de 1999, mulheres cristãs reunidas em uma associação chamada Mo.Paz organizaram uma marcha de apoio à paz.

A década de violência política no Congo piorou um desenvolvimento estagnado que remonta aos anos 1980. O enorme deslocamento interno de pessoas durante a última das três guerras civis, a de 1998-1999, levou a uma epidemia de desnutrição, o que significa que direta ou indiretamente mais de 50.000 pessoas morreram. A paz foi alcançada após os acordos de 1999 e o governo iniciou um processo de reforma política.

Ademais, ao longo dos conflitos internos, as mulheres contribuíram para o fortalecimento dos processos democráticos no país. Um cessar-fogo assinado pelo presidente Pascal Lissouba foi possível após a discussão com o Comitê Nacional de Mulheres para a Paz. O governo em 1997 nomeou duas mulheres ministras e dez mulheres para o Conselho Nacional de Transição. O grupo de mulheres continua a fazer recomendações para a paz e reconciliação.

Noeleen Heyzer, diretora da UNIFEM afirmou: "As mulheres têm desempenhado um papel de liderança no avanço da causa da paz. Mas os seus esforços não foram reconhecidos, apoiados ou recompensados".

Ressaltamos, que as mulheres não são muito visíveis na história do Congo. No entanto, os fatos revelam que elas são atrizes de pleno direito nesta história, de ontem e de hoje, e que participaram ativamente. Desde a ocupação colonial, elas participaram dos movimentos de resistência à colonização. Podemos citar, por exemplo: A resistência de 'Mabiala Ma Nganga' reprimida em 1896 por Baratier, na qual «Mama Ngunga» morreu uma das mulheres de Mabiala.

Em 1930, as mulheres integraram a Associação Amicale des Originaires da l'AEF (África Equatorial Francesa) fundada por André Matsoua que denunciava os abusos contra os nativos e o matsouanismo, um movimento messiânico que deu ao colonizador um momento difícil. Em julho de 1959,

quando Fulbert Youlou, primeiro-ministro, reprimiu esse movimento, as mulheres matsouinistas sofreram violências e foram deportadas com seus cônjuges para dentro do país.

Figura 4. Kimpa Vita, Heroine du Royaume Kongo.



Fonte: MALU-MALU (2020).

As mulheres nunca recuaram diante de situações graves e, em todos os momentos, deram sua contribuição. Elas até participaram do esforço de guerra imposto pela administração colonial durante as duas guerras mundiais. Mas seu lugar e seu papel na política regrediram assim que o colonizador só queria lidar com os homens que se tornaram auxiliares da administração colonial ou que faziam parte da elite congoleza (MURIELLE MALU-MALU,2020).

#### **4.2. As mulheres na luta pela independência**

Na virada da independência do Congo, os partidos políticos autorizados pela constituição de 1946 foram criados e dirigidos por homens. Esses partidos, incluindo o Partido Progressista Congolês (PPC) de Jean Félix Tchicaya, a seção do SFIO que se tornará o Movimento Socialista Africano (MSA) de Jacques Opangault e a União em Defesa dos Interesses Africanos (UDDIA) de Fulbert Youlou, reunirão suas ativistas em associações feminino.

A participação das mulheres na luta política era pouco visível porque eram relegadas a tarefas secundárias, como a organização do lanche durante

as manifestações e atividades de propaganda. Mas sem as mulheres, os líderes desses partidos não poderiam ter sido eleitos e reconhecidos como os Padres da Independência do Congo. No entanto, algumas mulheres, como Alice Badiangana, encontraram-se ao lado dos homens e na primeira fila na luta pela independência<sup>11</sup>. Mas geralmente as mulheres tinham uma ideia negativa de política, porque política é violência: *"Em tempos de guerra, as mulheres sempre se levantaram pela paz"*.

Assim, não há dúvida de que as mulheres contribuíram para que o Congo alcançasse a soberania internacional em 15 de agosto de 1960. Fala-se sempre dos pais da independência, mas nunca das mães da independência. (DIANZINGA).

Figura 5. Scholastique Dianzinga



Fonte: MALU-MALU (2020).

---

<sup>11</sup> <https://www.makanisi.org/congo-b-s-dianzinga-on-ne-parle-jamais-des-meres-de-lindependance/>15,Aout 2020

Scholastique Dianzinga, nascida em Brazzaville (Congo), professora titular de História. Professora aposentada da Universidade Marien Ngouabi, ela é especialista em história urbana, história da mulher e saúde. Sua tese de mestrado, defendida na Universidade de Paris-VII, trata da «História de Brazzaville de 1910 a 1940» e sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Pau e nos países de Adour, é sobre «As mulheres congolezas do início da colonização a 1960». Ela participou do livro coletivo sobre o papel e o lugar das mulheres na sociedade congoleza durante os 50 anos após a independência. «No livro coletivo »« Etnias, nações e desenvolvimento na África: que governança?» Ela denuncia a má governança e o etnismo. Ela é autora de muitos artigos.

#### **4.3. Mulheres no processo de democratização e o Feminismo.**

O movimento feminista reivindica amplamente os valores democráticos para promover a condição das mulheres, especialmente no que diz respeito à sua participação nos assuntos públicos. As mulheres consideram que existe uma ligação entre a eleição ou nomeação de mulheres para cargos de poder e a melhoria das condições de vida das mulheres.

Como corrente intelectual, o feminismo combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina (LOUIS MIGUEL e FLÁVIA BIROLI, 2013).

O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas ou o “patriarcado”, como preferem algumas, abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia.

Em relação à democracia de representação, as reivindicações feministas afetam principalmente três aspectos: o acesso das mulheres a cargos representativos, a representação política das mulheres e a consideração de seus interesses e necessidades pelas autoridades públicas.

É importante esclarecer aqui que a análise da participação das mulheres nas instituições políticas por meio da democracia de representação é realizada principalmente em relação à representação em nível nacional.

Sobre os direitos das mulheres na sociedade congoleza, «pensar de forma justa, construir de forma inteligente, inovar para a mudança»; Este é o tema escolhido pela ONU para celebrar a edição de 2019 do dia dedicado à reflexão sobre os direitos da mulher. Mas, muitos deles são privados de seus direitos.

Como indica a lei Congoleza “O Artigo 17 da Constituição de 25 de outubro de 2015 afirma que a mulher tem os mesmos direitos que o homem , e que a lei garante a paridade e garante a promoção e a representatividade da mulher em todas as funções políticas, eletivas e administrativas”.

#### **4.4. Percepções da liderança feminina no Congo**

“A liderança feminina não deve se limitar apenas a liderar as mulheres, mas também a ter homens em sua equipe que concordam em ser conduzidos pelas mulheres”, disse a secretária permanente do Conselho Consultivo da Mulher, a professora Antoinette Kebi, em 25 de março, em Brazzaville<sup>12</sup>.

A Secretária Permanente do Conselho Consultivo da Mulher fez o seu apelo por ocasião dos painéis organizados pelo canal de televisão privado Digital Radio Television, sobre o tema “Liderança Feminina no Ambiente

---

<sup>12</sup> <https://fr.allafrica.com/stories/202203260268.html>

Profissional», organizado em conjunto com a Vice-Presidente da Universidade Marien-Ngouabi, Professor Yolande Ofouemet-Berton” (GISÈLE, 2022).

A maioria dos entrevistados neste relatório acredita que os homens têm controle total sobre as mulheres:

“As mulheres no Congo pensam que a opinião masculina é a mais pensada, recorrem sistematicamente ao homem e acreditam que a inteligência é masculina. Eles não reivindicam seus direitos regularmente em um país onde a lei é influenciada por padrões consuetudinários. A dominação masculina é repetida pelos costumes para justificar (GISÈLE, 2022).

No entanto, a África Central, incluindo o Congo, tem sido uma sociedade matriarcal. “As mulheres guerreiras mostram que nossos ancestrais não tomaram a mulher como alguém fraco ou sem força. A mulher poderia ser sacerdotisa e subir ao trono real, temos o exemplo de várias rainhas como a rainha Ngalifourou. Além disso, a África é o continente que teve mais mulheres no poder ao longo de sua história. Notamos que o matriarcado não é definido pelo simples posicionamento de uma mulher na cabeça (GISÈLE, 2022).

De um estado, mas, mais especificamente, pelo seu lugar e envolvimento dentro de uma sociedade, bem como pela forma como é percebido socioculturalmente: graças aos valores transmitidos e sua representação na religião.

Outro tema, relacionado com a vida política da mulher congoleza, sobre o «Compromisso da mulher congoleza com as questões políticas atuais», foi discutido em painel sob a liderança de Cécilia Ondzet-Omvonzet, membro da Comissão Nacional de Controle e Avaliação do Encontro para a Democracia e o Progresso Social, e Madeleine Loussakou, secretária permanente adjunta, porta-voz do gabinete político da UDUH- Yuki.

Madeleine Loussakou sublinhou que o campo político exige uma certa bravura para ter sucesso entre os homens, ao mesmo tempo que lamentava a fraca representatividade das mulheres nas instituições da República. Essa baixa taxa, continuou, é explicada pela falta de vontade política, o não

cumprimento da distribuição do poder homem-mulher, a falta de compromisso (GISÈLE, 2022).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado é um sistema social baseado em uma cultura , estrutura e relações que favorecem os homens, em especial o homem branco , cisgenero e heterossexual. Em uma sociedade patriarcal, o homem desfruta uma posição de privilégio e poder social , econômico e político, enquanto a mulher e outros sujeitos que fogem da norma são relegados a submissão e invisibilização.

Em outras palavras, isso significa que o homem possui melhores oportunidades e benefícios na sociedade , enquanto a mulher e grupos marginalizados além de não receberem o mesmo direitos também precisam cumprir com uma série de obrigações. Notamos que a sociedade patriarcal é marcada pela desigualdade de gênero onde o homem pode exercer papéis de poder enquanto a mulher tem suas possibilidades limitadas.

Na República do Congo como no Brasil o problema da sub-representação das mulheres na esfera política e pública persiste ainda porque a ideologia do sistema patriarcal representa uma barreira que dificulta uma plena emancipação das mulheres no ambiente político e público que sempre foi considerado como um lugar dos homens. A República do Congo além de ser uma sociedade patriarcal , os costumes e tradições prevalecem sobre a vida das mulheres.

Ademais, o primeiro capítulo deste trabalho propõe e expor os conceitos como a violência e política de gênero, poder patriarcal , que serão tratados ao longo da nossa pesquisa.

Para Rama Salla Dieng , a luta contra o patriarcado está obviamente no centro de suas lutas, mas a população entrevistada também está atacando os poderes políticos em vigor acusados de perpetuar a violência política herdada do colonialismo. Essa luta é encarnada, por exemplo, na figura de Stella

Nyanzi, uma antropóloga e feminista ugandesa, encarcerada por vários meses em 2017 por publicar um poema castigando o presidente Museveni no poder há trinta anos (KANE, 2021).

Segundo Krook (2017), a violência contra as mulheres na política segue sendo um problema oculto onde muitas mulheres não se reconhecem como vítimas por não identificarem o que lhe aconteceu como uma forma de violência. Outras, pontua a autora, não sabem como responder a comentários sexistas ou assédio sexual e, conseqüentemente, permanecem caladas mesmo quando têm certeza de que o comportamento em questão é inaceitável.

Lembramos que na sociedade Congoleza a violência muitas vezes não é denunciada porque as vítimas ignoram os seus direitos, de acordo com os defensores dos direitos humanos.

O segundo Capítulo, é uma abordagem sobre os inúmeros obstáculos que as mulheres encontram no ambiente político. Durante a nossa análise, percebemos que as mulheres não detêm o capital suficiente para poder financiar uma eleição e isso é um dos elementos que está na causa desse fator. O que explica também essa falta de representatividade.

E por fim, o terceiro capítulo é uma abordagem sobre o movimento que as mulheres congolezas criaram para trazer a paz e tranquilidade no país. Mas mesmo assim a sua contribuição, nunca foi reconhecida. E a mulher Congoleza está ainda presa dentro de uma sociedade, onde o homem domina em tudo e os costumes, tradição encaixa elas em um padrão a ser só conselheira e mãe.

Enfim, para a realização da nossa pesquisa : Fizemos uma análise de dados secundários, análise de documentos. Também tivemos que recorrer a alguns documentos como artigos, revistas etc. Nosso estudo é parte de uma perspectiva analítica.



## 6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Por que as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil?, 2006:

[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/por\\_que\\_as\\_mulheres\\_ainda\\_c.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/por_que_as_mulheres_ainda_c.pdf)

BAZENGUISSA-GANGA, Rémy. Rester jeune au Congo-Brazzaville: violences politiques et processus de transition démocratique, 2001: <https://www.cairn.info/revue-autrepart-2001-2-page-119.htm>.

BERBARE, Larissa Popovici. A Integração do Feminino e do Masculino em uma Nova Ordem Simbólica. São Paulo, 2013:

<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/29891/1/LARISSA%20POPOVICI%20BERBARE.pdf>

GERDA, Lerner. A criação do patriarcado histórico da opressão das mulheres pelos homens: tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019. “Prefácio à edição brasileira por Lola Aronovich, do blog Escreva Lola escreva” Título original: The creation of patriarchy

ITOUA ONDET, Maixent Cyr. Genre et Paix ! : les femmes dans la résolution des conflits au Congo-Brazzaville. Grenoble, 2014.

<https://theses.hal.science/tel-01423843v1/document>

KANE, Coumba. L'Afrique a aussi eu ses féministes et elle ne le doit pas à l'occident: [https://www.lemonde.fr/afrique/article/2021/11/07/l-afrique-a-aussi-eu-ses-feminismes-et-elle-ne-le-doit-pas-a-l-occident\\_6101264\\_3212.html](https://www.lemonde.fr/afrique/article/2021/11/07/l-afrique-a-aussi-eu-ses-feminismes-et-elle-ne-le-doit-pas-a-l-occident_6101264_3212.html)

KOUTOUMA NSONA, Raïssa Edwige. Ordre masculin, violences politiques et initiatives féminines pour la paix au Congo-Brazzaville de 1991 à 1999: <https://publication.codesria.org/index.php/pub/catalog/view/145/1089/3511>

SACCHET, Teresa et Al., 2012. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006: <https://www.scielo.br/j/op/a/9dSM7QLtmYmCHfsGSWmMYmq/>

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação Política e Gênero no Brasil e nos Países de Democratização recente. São Paulo, 2014:

<https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/123-422-1-PB.pdf>

#### LINKS

<https://www.unwomen.org/fr/news/stories/2021/3/press-release-women-in-politics-new-data-shows-growth-but-also-setbacks>

<https://www.agenceecofin.com/gouvernance/0204-86834-congo-un-bilan-de-la-representation-des-femmes-dans-les-instances-administratives-et-politiques>

<https://www.cath.ch/news/afrique-centrale-fondation-du-mopax-a-brazzaville/>

<https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/COG/Programme%20National%20Leadership%20f%C3%A9minin%20en%20politique%20en%20r%C3%A9publique%20du%20Congo.pdf>

<https://fr.allafrica.com/stories/201511070277.html>

<https://www.ritimo.org/Chronologie-et-histoire-recentre-du-Congo-Brazzaville>

<https://journals.openedition.org/rccs/1765>

<https://www.ohchr.org/fr/press-releases/2009/10/default-title-368>

<https://mayilanews.wordpress.com/2012/02/21/congo-brazzavilleles-feministes-disent-non-au-systeme-patriarcal/>

Instituto Nacional Democrata para Asuntos Internacionales, 2021:  
<https://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Cartillabras11compactado.pdf>

FLESHMAN, M. Les femmes africaines peinent à obtenir une place à la table des négociations de la paix. **AfriqueRenouveau**. Congo, Fev. 2003. Disponível em:  
<https://www.un.org/africarenewal/fr/magazine/fevrier-2003/les-femmes-africaines-peinent-%C3%A0-obtenir-une-place-%C3%A0-la-table-des-n%C3%A9gociations>. Acesso: 14 de Nov. 2023.

MALU-MALU, M. D. Congo-B. S Dianzinga : On ne parle jamais des mères de l'indépendance. **MAKANISI**. Congo, 2020. Disponível em:  
<https://www.makanisi.org/congo-b-s-dianzinga-on-ne-parle-jamais-des-meres-de-lindependance/>. Acesso em: 12 de Nov. 2023.